

INTRODUÇÃO

Dos capítulos que compõem esta obra, sete foram previamente publicados nas revistas *Teologia Brasileira* e *Fides Reformata*, sendo aqui apresentados em nova versão, revisada e ampliada. A base do capítulo inédito sobre a Epístola aos Romanos foi uma palestra proferida em outubro de 2014, na 3.^a Conferência Fiel para Pastores e Líderes, promovida pela Editora Fiel e realizada em Águas de Lindoia, no estado de São Paulo. Empenhei-me ao máximo para costurar os artigos de forma coesa, eliminando repetições desnecessárias e oferecendo ao leitor um conjunto que deixasse claro meu propósito, o que se verá na progressão lógica das seções que compõem a obra. O fio condutor é o repúdio à idolatria do Estado e a necessária resistência dos cristãos ao autoritarismo, especialmente ao totalitarismo.

Ao ter a atenção despertada para as tensões e os conflitos entre a igreja e o Estado, meu interesse se voltou primordialmente para o estudo da chamada Revolução Puritana, ocorrida na Inglaterra do século 17. Trata-se da primeira revolução antiabsolutista da Europa; e tanto a guerra civil, da qual o Parlamento emergiu vitorioso, quanto a derrubada de Carlos I se deram em razão de um conjunto de valores associados à teologia reformada, de contornos pactuais e federalistas.¹ Essa também foi a primeira

¹É vasta a literatura sobre essa revolução. Talvez as obras mais importantes sejam as de Christopher Hill: *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990), *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987), *Origens intelectuais da Revolução Inglesa* (São Paulo: Martins Fontes, 1992),

vez que um rei europeu foi executado pelo crime de lesa-pátria: Carlos I foi decapitado em Londres, em 30 de janeiro de 1649. Outra de minhas áreas de interesse foi a influência do Primeiro Grande Avivamento e das noções pactuais e federalistas oriundas da teologia reformada que se fez sentir, de muitas maneiras, na Revolução Americana, a qual culminou na independência das Treze Colônias da Inglaterra e na fundação, em 1776, dos Estados Unidos da América.

Para além das tensões desse período entre cristãos protestantes e o Estado, a igreja, durante quase todo o século 20, viu-se também diante de um desafio até então nunca enfrentado: os regimes totalitários — tanto o comunista quanto o nazista.² E aí está um fenômeno específico desse longo século.

Estabelecendo a distinção entre o totalitarismo e as antigas tiranias e ditaduras, Hannah Arendt escreveu:

A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras impostas pela violência é que o primeiro

A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003) e *O século das revoluções: 1603-1714* (São Paulo: Unesp, 2012). Quanto ao uso inadequado da palavra “revolução”, empregada para caracterizar o que ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos nos séculos 17 e 18, veja adiante a nota 12 do capítulo 4, na seção “Esquerda e direita” daquele capítulo.

²O leitor deve notar que nesta obra o termo “fascismo” não é usado como sinônimo de “nazismo”, como é comumente empregado. Há agudas diferenças entre os dois sistemas. O primeiro enquadra-se na noção de autoritarismo, e o segundo, na de totalitarismo (para as definições, veja os caps. 3 e 4). Para mencionar apenas o aspecto do antissemitismo (veja esp. cap. 6), “nem um único judeu de nenhuma nacionalidade, em nenhum lugar do mundo sob o controle italiano, foi entregue à Alemanha até 1943, quando a Itália foi invadida pelos nazistas”, o que contrastou com a prática nos países sob ocupação alemã, como a França e a Holanda, cujo programa de deportação de judeus contou com a colaboração ativa de setores da sociedade. Cf. Jonah Goldberg, *Fascismo de esquerda* (Rio de Janeiro: Record, 2009), p. 26. Também deve-se frisar que o termo “nazista” foi empregado “como abreviação política”, e assim será usado nesta obra, mas “jamais foi usado pelo regime [nacional-socialista] para descrever-se”. Cf. “nota sobre terminologia” em Richard Overly, *Os ditadores* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2009).

volta-se não apenas contra os seus inimigos, mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje.³

A citação ajuda-nos a situar no ano de 1917 o ponto de partida dos movimentos totalitários, “filhos da Primeira Guerra Mundial”.⁴ Como Arendt escreveu, “o terror, como instrumento institucional, utilizado para acelerar o *momentum* da revolução, era desconhecido antes da Revolução Russa”.⁵ E uma das marcas principais do totalitarismo, em contraposição a outros experimentos absolutistas, como as tiranias, é justamente a supressão da liberdade:

Essa consistente arbitrariedade nega a liberdade humana de modo muito mais eficaz que qualquer tirania jamais foi capaz de negar. Numa tirania, era preciso ser pelo menos um inimigo

³Hannah Arendt, *Da violência* (Brasília: UnB, 1985), p. 30.

⁴Cf. François Fruet, *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX* (São Paulo: Siciliano, 1995), p. 30-1: “É bem verdade que Lenin preparou suas concepções políticas já no início do século e que muitos elementos que formarão, uma vez articulados, a ideologia fascista preexistem à guerra. De qualquer forma, o Partido Bolchevique toma o poder em 1917, graças à guerra, e Mussolini e Hitler constituem seus partidos nos anos que se seguem imediatamente a 1918, como respostas à crise nacional produzida pelo resultado do conflito. A guerra de 1914 mudou completamente a vida da Europa, fronteiras, regimes, disposições de espírito, costumes até. Ela agiu tão profundamente na mais brilhante das civilizações modernas que não deixa intacto nenhum de seus elementos. Ela marca o início de seu declínio como centro da potência do mundo, ao mesmo tempo que inaugura este século feroz de que estamos saindo, repleto da violência suicida de suas nações e de seus regimes”.

⁵Hannah Arendt, *Da revolução* (São Paulo: Ática, 1988), p. 79. Como a autora nota, nesse sentido a Revolução Francesa é muito distinta da Revolução Russa, pois “o terror da virtude de Robespierre foi, com efeito, bastante terrível, mas permaneceu dirigido contra um inimigo e um vício ocultos. Não foi conduzido contra o povo, que, mesmo do ponto de vista do dirigente revolucionário, era inocente”.

do regime para ser punido por ele. A liberdade de opinião ainda existia para aqueles que tinham a coragem de arriscar o pescoço. Teoricamente, ainda se pode fazer oposição também nos regimes totalitários; mas essa liberdade é quase anulada quando a prática de um ato voluntário apenas acarreta uma “punição” que todos, de uma forma ou de outra, têm de sofrer. No totalitarismo, a liberdade não apenas se reduz à sua última e aparentemente indestrutível garantia, que é a possibilidade do suicídio, mas perde toda a importância porque as consequências do seu exercício são compartilhadas por pessoas completamente inocentes.⁶

O roteiro está então delineado: inicia-se uma crise econômica, seguida por uma crise política. O Estado liberal mostra-se impotente e inoperante diante da explosão de conflitos sociais; falta-lhe o instrumental político e administrativo para se ajustar às novas situações e problemas. Superado na teoria e na prática, o Estado liberal torna-se incapaz de articular os meios para dominar ou ultrapassar essas crises. Sendo então responsabilizado pela desordem e pela insegurança, abre-se caminho para uma revolução, com o apoio de trabalhadores, sindicatos e partidos socialistas, mas também — como a história ilustra — dos proprietários de terras, banqueiros e industriais. E, não raro, ao considerar o Estado liberal incapaz de defender os interesses nacionais, tal revolução será vinculada à exaltação do nacionalismo e à glorificação da guerra.

Por essa razão, uma das propostas deste livro é dissipar a suposição há muito arraigada em nossa cultura de que o conservadorismo ou o liberalismo são derivados ou ao menos parentes próximos do nazismo.⁷ Contrariamente, como buscarei

⁶Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), p. 483.

⁷Como Alexandre Borges enfatizou muito apropriadamente, deve-se ter em mente que “liberal” no sentido norte-americano refere-se à esquerda e aos progressistas, enquanto “liberal” como entendido no Brasil e na Europa refere-se à direita. Será com este último significado que, ao tratarmos do espectro político,

demonstrar, o nazismo é que derivou do socialismo, ou pelo menos extraiu dele grande parte das ideias e impulsos que o geraram. Além disso, a natureza das ações de socialistas e nazistas assemelham-se, ainda que sejam sistemas políticos adversários. Deslindar esse aparente paradoxo e mostrar que tal semelhança não é mera “coincidência” é uma das razões deste livro.

Seguindo esse fio condutor, esta obra é dividida em quatro partes.

Na primeira parte, “Fundamentos bíblicos”, examinaremos dois textos da Escritura: o Livro de Ester e a Epístola de Paulo aos Romanos, os quais oferecem importantes diretrizes para o povo de Deus quando este se vê diante da iminência de destruição ou acossado por um império que substituiu “a glória do Deus incorruptível por imagens semelhantes ao homem corruptível, às aves, aos quadrúpedes e aos répteis” (Rm 1.23). Em grande medida, tudo o mais que se segue na obra tem como fundamento essa seção.

Na segunda parte, trataremos de “Questões conceituais”, e os dois capítulos ali contidos se originam na minha exasperação com os jogos linguísticos que ressignificam os termos políticos.⁸ Dedicaremos atenção não apenas ao significado de “esquerda” e “direita”, e sobretudo ao sentido de “totalitarismo”, mas também à postura da igreja diante desse mal político.

Na terceira parte, são oferecidas “Direções teológicas” com base em um caso muito específico: a resistência da igreja evangélica alemã ao nazismo na década de 1930. Na sequência, será oferecido um resumo da compreensão reformada acerca da relação do cristão com a política e o Estado.

a palavra “liberal” será empregada. Nos Estados Unidos, os direitistas são chamados *conservatives* e *classic liberals*. Cf., adiante, cap. 4, seção “Liberalismo e democracia”.

⁸Para as diferentes pressuposições que guiam as diferentes opções políticas tratadas nos capítulos 3 e 4, cf. Thomas Sowell, *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas* (São Paulo: Ê Realizações, 2011).

Na quarta e última parte, trataremos das “Aplicações práticas”, por exemplo, o papel da igreja diante da violência e de que maneira o cristão pode votar com sabedoria.

A Declaração Teológica de Barmen será citada em vários capítulos deste livro, especialmente no capítulo 5. Essa talvez seja a mais importante declaração de fé evangélica produzida desde a Reforma Protestante do século 16 e do movimento puritano do século 17. A declaração confronta abertamente o pecado da idolatria, que se manifesta na nossa tendência de colocar qualquer ser humano ou qualquer coisa do mundo criado à frente do Criador, e proclama Jesus Cristo como Senhor de todas as esferas da existência. Desse modo, no “Apêndice”, o leitor poderá conferir a declaração na íntegra.

Se, na segunda seção, almejo auxiliar os cristãos a discernir o mal presente no totalitarismo, nessas últimas duas seções intento ajudá-los a valorizar um governo constitucional e representativo, e a buscar a paz na sociedade.

Mas por que tratar da idolatria do Estado e do totalitarismo se dois dos piores regimes ditatoriais da história simplesmente ruíram, em 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, e em 1989, com a queda do muro de Berlim?

Enquanto escrevo, fica evidente a instabilidade política à qual a esquerda relegou o Brasil, a Venezuela, a Argentina, a Bolívia, o Equador e, mais claramente, Cuba.⁹ Esses países chegaram aonde

⁹Cf. editorial de 18 de outubro de 2015, em *O Globo*, “Populismo deixa rastro de ruínas no continente”, disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaopopulismo-deixa-rastro-de-ruinas-no-continente-17800377>, acesso em: nov. 2015. “O resultado, uma grave crise sem perspectiva de solução a curto prazo, cobra seu preço sobretudo da população mais pobre, inclusive aquele segmento que deixara estatisticamente a pobreza absoluta e corre agora o risco de retroceder. Por ironia, em nome de quem opera o populismo”. O total de mortos pelo regime comunista cubano está estimado entre 35 mil e 141 mil (1959-1987).

estão pela aplicação de políticas dirigistas, estatizantes e intervencionistas, todas associadas ao socialismo, regime a que me oponho nesta obra valendo-me da figura do culto ao Estado. Para citar apenas o exemplo mais significativo hoje, vale mencionar a Venezuela, que passa por uma crise de desabastecimento, além de uma inflação de 150% ao ano, com 62 presos políticos. E sob qual acusação foram presos? Apenas a da participação direta ou indireta nos protestos de fevereiro de 2014 contra o governo. No Brasil, seria como mandar prender quem participou das manifestações de 15 de março de 2015. Não vemos, porém, nenhuma palavra de condenação do governo brasileiro ao esquerdismo venezuelano.¹⁰

Para quem pensa que algo parecido com o que se deu na Venezuela está longe de ocorrer no Brasil, basta lembrar um episódio específico, relacionado à Igreja Católica. O bispo católico Dom Luiz Gonzaga Bergonzini pediu, no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que os católicos não votassem em Dilma Roussef nas eleições de 2010 pelo fato de ela defender o aborto. Ele chegou a imprimir dois milhões de exemplares de um panfleto contra a candidata, intitulado *Apelo a todos os brasileiros e brasileiras*, em que a Comissão em Defesa da Vida, da Regional Sul I da CNBB, exortava os católicos a não votarem em políticos que defendam a descriminalização do aborto. Os exemplares, porém, em razão de uma liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram apreendidos pela Polícia Federal.¹¹

Cf. “The issue of genocide and Cuba”, disponível em: <http://www.cubaverdad.net/genocide.htm>, acesso em: nov. 2015.

¹⁰Os exemplos da falência institucional venezuelana podem ser multiplicados. Cf., por exemplo, o depoimento em vídeo do promotor venezuelano Franklin Nieves, que abandonou o país, acusando o governo de Nicolás Maduro de pressioná-lo para prender o líder opositor Leopoldo López com provas falsas. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/leopoldo-lopez-foi-presos-com-provas-falsas-diz-promotor-1-17869523>, acesso em: nov. 2015.

¹¹Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, falecido em 13 de junho de 2012, escreveu sobre essa arbitrariedade em seu blog, em 22 de outubro de 2010: “PT,

Não há como negar que sistemas políticos e ideologias estão vinculados de alguma forma ao poder e ao uso do dinheiro. O que aprendemos na Escritura é que o uso desenfreado de meios para obtenção de dinheiro ou riquezas é condenado por Deus (p. ex., em 1Tm 6.9,10). Quando o dinheiro deixa de ser apenas um meio e se torna um fim em si mesmo, passa a ser uma divindade e ocupa o lugar do único Deus (Mt 6.24).¹²

Desse modo, temos na Escritura uma condenação que, no contexto de hoje, dirige-se também ao capitalismo de Estado¹³ praticado pela esquerda, com sua adoração ao dinheiro e ao poder estatal. O amor idólatra ao dinheiro não é uma tentação só para “capitalistas” — e devemos lembrar que capitalismo não é um sistema político, mas uma forma de vida econômica, e há tipos de ganância que são socialistas por excelência. Essa idolatria revela-se não somente nos escândalos em série, com desvios de somas bilionárias dos cofres públicos, ou no aparelhamento de todas as esferas do Estado brasileiro, mas também na imensa e brutal carga tributária depositada sobre os ombros de uma parcela significativa

o partido da mentira e da morte”, disponível em: <http://www.domluisbergonzini.com.br/2011/02/dom-luiz-bergonzini-perseguido.html>, acesso em: nov. 2015.

¹²Cf. Michael Novak (*Será a liberdade? Questionamento da teologia da libertação* [Rio de Janeiro: Nórdica, 1988], p. 96-7), que destaca a relação do declínio da fé religiosa e do viver moral com o consumo exagerado de bens e serviços. Quanto mais distantes da fé prática, mais próximas as pessoas estão do descontrole consumista, em que comprem desenfreadamente e sem pensar no amanhã, contraindo dívidas que acabam por minar o futuro da própria democracia. Consequentemente, quando o mercado não é mais regido por valores espirituais, há uma tendência a transformar tudo em mercadoria, mesmo a vida humana.

¹³Cf. Helena Hirata, *Capitalismo de Estado, modo de produção tecnoburocrático e burguesia de Estado*, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/viewFile/37881/40608>, acesso em: nov. 2015. Essa expressão refere-se aos países socialistas ou a países capitalistas com forte intervenção do Estado na economia, “em que a geração, a realização e a acumulação da mais-valia se efetuam de forma majoritária ou mesmo total com a *gestão* e o *controle* direto do Estado”, o que redundava na acumulação de capital pelos burocratas, os quais passam a usufruir de diversos privilégios e formam uma nova classe dominante, a “burguesia de Estado”.

da sociedade, espoliada continuamente em prol do sustento de uma estrutura corrupta e ineficiente — a “sociedade incivil” que se tornou o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

O capitalismo de Estado, tão ao gosto da mentalidade esquerdista, suprime a liberdade econômica no Brasil. A título de comparação, vale mencionar que, no ranking dos países com maior liberdade econômica, o Canadá figura em 6.º lugar, o Chile em 7.º, os Estados Unidos em 12.º e a Inglaterra em 13.º. Atualmente, o Brasil ocupa a 118.^a posição (estávamos em 114.º lugar antes das eleições de 2014, quando o PT foi reeleito ao governo federal). Para citar apenas alguns exemplos, Chile, México, Colômbia, Paraguai e Botswana têm mais liberdade econômica que o Brasil.¹⁴

Esse capitalismo de Estado, tão defendido pela esquerda, está predando o Brasil, como mostram os resultados das investigações do “Mensalão” e do “Petrolão”. A inflação no país, segundo índices oficiais, ultrapassa a marca dos 9%.¹⁵ Os juros chegam a 12,75% ao ano. Há uma recessão em curso, a renda diminuiu e, por causa da crise econômica resultante do dirigismo estatal, cerca de 1,5 milhão de trabalhadores já estão desempregados.¹⁶ Além disso, dois terços do ajuste fiscal consistem em aumento

¹⁴O leitor pode consultar mais informações sobre liberdade econômica, até mesmo observando a associação dela com o estado de direito, com o governo limitado e o livre mercado, em: <http://www.heritage.org/index/ranking>. Em 2003, o Brasil encontrava-se em 72.º lugar no ranking dos países que gozavam de liberdade econômica (disponível em: <http://cedice.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Index-of-Economic-Freedom-2003.pdf>, acesso em: nov. 2015).

¹⁵“A inflação é um dos impostos mais perniciosos que existem: arrecada pouco, causa grande destruição na economia e atinge principalmente os mais pobres, que não conseguem utilizar o sistema financeiro para se proteger” (Fabio Kanczuk).

¹⁶Cf. “Desemprego no Brasil sobe para o maior nível nos últimos três anos”, *Jornal Nacional*, 28 de abril de 2015, disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/desemprego-no-brasil-sobre-para-o-maior-nivel-nos-ultimos-tres-anos.html>, acesso em: nov. 2015.

de impostos sobre a já tão combalida população, que arca com os custos pesados de um Estado corrupto e ineficiente. A *carga tributária* brasileira, uma das mais elevadas do mundo, chega a 36% do Produto Interno Bruto (PIB).¹⁷

Na verdade, somente a adesão cega à religião esquerdista impede que se enxergue a relação entre a liberdade econômica e o desenvolvimento de uma nação. Em outras palavras, quanto menos liberdade econômica, menos riqueza para todos. Ou, expressando de outra forma: num país com menos liberdade econômica, mais riqueza será concentrada egoisticamente nas mãos de poucos poderosos. Tal sistema é maligno. A conclusão óbvia, parece-nos, é que “o emprego [...] de categorias marxistas para o propósito vulgar de suprimir a liberdade [...] depõe com o tempo contra os encantos da própria teoria”.¹⁸

Em dois capítulos (6 e 8), procuro argumentar que cristãos motivados pela fé evangélica se tornam éticos, educados e defensores da democracia, entendendo, porém, que a solidariedade é de cunho pessoal, não estatal. Por conseguinte, esses cristãos serão críticos de um Estado que arrecada muito por meio de uma carga tributária pesada e que assume uma postura assistencialista, negando assim ao indivíduo a solidariedade que lhe compete. Além disso, tal arrecadação não apenas redundaria em serviços públicos de qualidade insatisfatória para o cidadão, mas também se torna oportunidade para desvios de toda ordem e para a corrupção desenfreada.

¹⁷À semelhança do que ocorreu após “a transição democrática ocorrida com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, em março de 1985”, o governo do PT na verdade promoveu “no plano administrativo uma volta aos ideais burocráticos dos anos 30, e no plano político, uma tentativa de volta ao populismo dos anos 50”. Cf. esp. Luiz Carlos Bresser Pereira, *Da administração pública burocrática à gerencial*, disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=87>, acesso em: nov. 2015.

¹⁸Tony Judt, *Reflexões sobre um século esquecido* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2010), p. 157.

Para os que desejarem ler mais sobre o tema, além das indicações bibliográficas, há outros textos que podem ser consultados. Para uma leitura introdutória sobre a relação do cristão com a política, recomendo a obra de Wayne Grudem *Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer*.¹⁹ Na *Teologia sistêmica* que escrevi com Alan Myatt,²⁰ há seções no capítulo 21 que tratam da relação da igreja com o Estado. E, para aqueles que desejam informações específicas sobre a relação dos vários ramos da igreja — católica, ortodoxa e protestante — em confronto com os totalitarismos, recomendo minha obra *Igreja cristã na história* (parte 4, capítulos 68, 70 e 77),²¹ na qual ofereço breves resumos e bibliografia para pesquisas posteriores, assim como recomendações de filmes e, especialmente, documentários.

Espero que esta obra ajude os cristãos brasileiros a “discernir este tempo” (Lc 12.56) e a entender o papel que o cristão deve assumir perante o Estado, opondo-se vigorosamente a toda forma de autoritarismo e totalitarismo.

Cristo pagou um alto preço para nos redimir, a fim de que não fôssemos escravos dos maus desejos dos homens, e muito menos de sua impiedade (1Co 7.23). Glória seja dada a Deus.²²

¹⁹São Paulo: Vida Nova, 2014.

²⁰São Paulo: Vida Nova, 2007.

²¹São Paulo: Vida Nova, 2014.

²²João Calvino, *A instituição da religião cristã* (São Paulo: Unesp, 2009), vol. 2, IV.20.32, p. 902.